

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

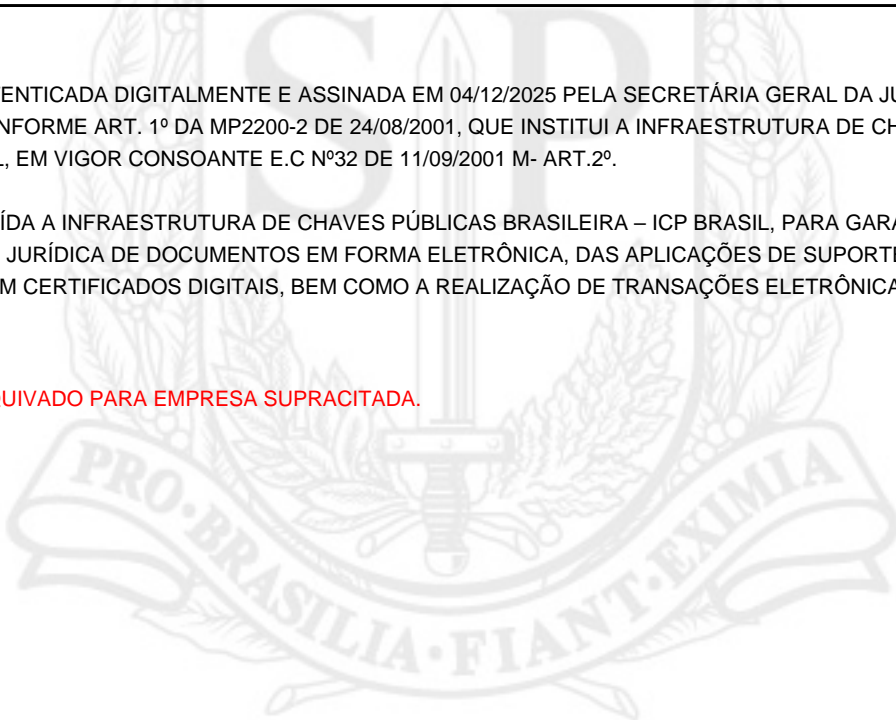
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL LIMANN INVEST HOLDING S.A.			
TÍTULO DE ESTABELECIMENTO			TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE 35300635469	CNPJ 54.091.542/0001-46	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 424.955/25-8	DATA DO ARQUIVAMENTO 01/12/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 04/12/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 12:19:18	CÓDIGO DE CONTROLE 281803108
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 04/12/2025 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARINA CENTURION DARDANI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



MBR

CAPA DO REQUERIMENTO

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
5.116.186/25-8

CONTROLE INTERNET
035471384-1

DADOS CADASTRAIS

ATO
Re - ratificação - Outros; Consolidação da Matriz;

NOME EMPRESARIAL
LIMANN INVEST HOLDING S.A

PORTE
Normal

TÍTULO DE ESTABELECIMENTO

LOGRADOURO
Rua Hans Nobiling

NÚMERO
231

COMPLEMENTO
apto 7

CEP
01455-060

MUNICÍPIO
São Paulo

UF
SP

TELEFONE
(21)30053721

EMAIL
LINA@BROCHMANN.COM.BR

NÚMERO EXIGÊNCIA (S)
1

CNPJ - SEDE
54.091.542/0001-46

NIRE - SEDE
3530063546-9

IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA

NOME: Lina Brochmann (Diretor)

VALORES RECOLHIDOS
DARE: R\$,00
DARF: R\$,00

SEQ. DOC.
1 / 1

ASSINATURA: DATA: 20/10/2025

JUCESP
GUICHÉ
26 NOV
PRO

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO

JUCESP - SEDE
GUICHÉ 18
26 NOV 2025
PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO

CARIMBO ANÁLISE

JUCESP
DEFERIDO
23 NOV 2025
Mônica Castro Ramona Melo
Assessor Técnico do Registro Público
RG: 16.490.992-3

ANEXOS:

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

() DBE () Documentos Pessoais
() Procuração () Laudo de Avaliação
() Alvará Judicial () Jornal
() Formal de Partilha () Protocolo / Justificação
() Balanço Patrimonial () Certidão
() Outros

JUCESP
07
01 DEZ 2025

OBSERVAÇÕES:

CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO
424.955/25-8

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP

MARINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP



Certifico o registro sob o nº 424.955/25-8 em 01/12/2025 da empresa LIMANN INVEST HOLDING S.A., NIRE nº 35300635469, protocolado sob o nº 5116186258. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 281803108. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

SECRETARIA DE ECONOMIA
E FINANÇAS

Gerência de Guarda e Distribuição

- Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- Verificação de Ficha Cadastral
- Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
- MEI sem Cadastro
- MEI com Cadastro
- Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- Vide Protocolo





ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RERRATIFICAÇÃO

(1) **HORA, DATA E LOCAL:** 18 horas do dia 20 de outubro de 2025, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hans Nobilings, n. 231, apto. 7, Jardim Europa, São Paulo, SP, CEP 01455-060, sede de LIMANN INVEST HOLDING S.A.

(2) **PRESEÇA:** Acionistas com direito a voto representando a totalidade do capital social, ficando dispensada a convocação e a publicação dos anúncios, nos termos dos arts. 124, §4º, e 133, §4º da Lei 6.404/1976, conforme assinaturas constantes nesta ata.

(3) **MESA:** Presidente Lina Brochmann; Secretário Luciano Brochmann.

(4) **CONVOCAÇÕES:** dispensadas as convocações nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em razão da presença da totalidade dos acionistas.

(5) **ORDEM DO DIA:** (a) deliberar sobre a rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da sociedade, realizada em 10 de maio de 2025 e arquivada na JUCESP sob o registro nº 214.923/25-3 em 25/06/2025, em razão de erro formal na denominação e CNPJ da Companhia, sendo objeto de deliberação: (i.) rerratificar todas as referências à Lumann Invest Holding S.A. para constar Limann Invest Holding S.A. (CNPJ 54.091.542/0001-46) e (ii.) rerratificar as deliberações da referida AGE, sendo todas mantidas sem alteração material; e (b) consolidar o Estatuto Social da sociedade.

(6) **OCORRÊNCIAS PRELIMINARES:** Por unanimidade foi aprovada a redação desta ata sob forma de sumário, conforme dispõe o §1º do art. 130, da Lei 6.404 de 15.12.1976.

(7) **DELIBERAÇÕES:** por unanimidade, foram aprovadas as seguintes deliberações pelos acionistas com direito a voto:

(7.1) Em atenção a ordem do dia 5.a, os acionistas deliberam, por unanimidade, rerratificar o **cabeçalho e o item (1)** da ata de assembleia geral extraordinária da sociedade e o **cabeçalho e o Artigo 1** do ANEXO I – Estatuto Social, arquivados na JUCESP sob o registro nº 214.923/25-3 em 25/06/2025, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

(a) O **cabeçalho** da Ata de Assembleia Extraordinária passará a vigorar da seguinte forma: *LIMANN INVEST HOLDING S.A.; NIRE n. 35300635469; CNPJ.MF n. 54.091.542/0001-46.*

(b) O **item (1)** da Ata de Assembleia Extraordinária passará a vigorar conforme segue: “[...] sede de LIMANN INVEST HOLDING S.A.”

(c) O **cabeçalho** do Anexo I – Estatuto Social passará a vigorar conforme segue: *LIMANN INVEST HOLDING S.A.; NIRE n. 35300635469; CNPJ.MF n. 54.091.542/0001-46.*

(d) O Artigo 1 do Anexo I – Estatuto Social passará a vigorar conforme segue: “A sociedade anônima fechada explorará suas atividades sob a denominação de LIMANN INVEST HOLIDNG S.A.”

-SEDE

16

2025

OCOLO

Visto
Conferido
RG 16.490.352-8



(7.2) Ratificar as deliberações havidas na Assembleia Geral Extraordinária da sociedade, realizada em 10 de maio de 2025 e arquivada na JUCESP sob o registro nº 214.923/25-3 em 25/06/2025.

(7.3) consolidar o Estatuto Social, em atenção à ordem do dia 5 (b).

ESTATUTO SOCIAL DE LIMANN INVEST HOLDING S.A.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, DA SEDE, DO OBJETO SOCIAL E DO PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1 A sociedade anônima fechada explorará suas atividades sob a denominação de **LIMANN INVEST HOLDING S.A.**

Artigo 2 A Companhia tem sua sede na Rua Hans Nobilings, n. 231, apto. 7, Jardim Europa, São Paulo, SP, CEP 01455-060.

Artigo 3 O objeto da Companhia são as atividades de holding de instituição não financeira, compra e venda e locação de imóveis próprios.

CAPÍTULO II

CAPITAL E AÇÕES

Artigo 4 O capital é de R\$7.026.435,00 (sete milhões, vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais) dividido em 7.026.435 (sete milhões, vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco) ações ordinárias, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional e participações societárias, na forma do boletim de subscrição.

Parágrafo único. Cada ação ordinária nominativa terá direito a um voto nas deliberações propostas em Assembleia.

Artigo 5 Nos aumentos de capital por subscrição, será assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, o direito de preferência para a respectiva subscrição pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da ata que deliberar a matéria.

Artigo 6 A Companhia poderá, mediante prévia deliberação da Diretoria, adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria ou cancelamento, nos termos e condições previstos em Lei.

Artigo 7 As ações da Companhia não poderão ser oneradas ou gravadas a qualquer título, exceto se gravadas com usufruto. Caso as ações sejam oneradas involuntariamente, como no caso de penhora de ações, deverá ser observado o procedimento previsto no Art. 29 deste Estatuto Social.

Página 2 de 9

Visto
Conferido
RG 16.490.352-6



Parágrafo único. A Companhia e seus administradores observarão o disposto nos instrumentos firmados pelas Partes para cômputo dos votos das ações gravadas com usufruto.

Artigo 8 A transferência, cessão, alienação, oneração das ações com infração do disposto neste estatuto será ineficaz perante a Companhia, que não poderá efetuar qualquer registro que infrinja as normas aqui estabelecidas.

§1º - Os acionistas se obrigam a não transferir, ceder ou, de qualquer forma, alienar ou prometer alienar, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, a totalidade ou parte das ações, direitos de subscrição, correspondente às ações, e/ou ainda títulos conversíveis em ações, sem antes oferecê-las à Companhia e, supletivamente aos demais acionistas, que terão preferência na aquisição em igualdade de condições.

§2º - Se qualquer dos acionistas desejar transferir, total ou parcialmente, as ações, deverá antes comunicar o fato por escrito à Companhia, que terá preferência na aquisição das ações, em idênticas condições, no prazo de 30 (trinta) dias. Caso a Companhia não exerça a preferência neste prazo, o acionista ofertante deverá informar mediante carta, entregue contra recibo ou remetida ao e-mail do acionista registrado na sede da Companhia, acompanhada de cópia da proposta formulada pelo interessado, com indicação da qualificação completa deste, especificando quantidade, preço e condições de pagamento. Os destinatários terão o prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da carta, para exercer o seu direito de preferência, mediante instrumento escrito, de forma proporcional às respectivas participações, no caso do exercício do direito de preferência por mais de uma das acionistas.

§3º - Decorrido o prazo sem exercício do dito direito, as ações, direitos ou títulos, poderão ser alienadas pelo ofertante, desde que nos exatos termos de sua oferta, contanto que o faça dentro de 90 (noventa) dias. Após este prazo todo o processo deverá ser repetido.

Artigo 9 Do Dever de Compra Conjunta (tag along). Os acionistas poderão não exercer seu direito de preferência, mas exigir que a alienação englobe as ações, direitos ou títulos de sua titularidade, nas mesmas condições de preço e pagamento.

Artigo 10 O direito de venda conjunta será exercido mesmo nas hipóteses de venda das participações societárias de sociedades subsidiárias ou controladas direta, ou indiretamente, pela Companhia, de modo que na hipótese de a Companhia vender suas participações societárias, qualquer dos acionistas tem o direito de exercer o tag along previsto neste instrumento, relativamente às participações que possuir diretamente nas subsidiárias.

Artigo 11 Do Dever de Venda Conjunta (drag along). É assegurado aos acionistas que, individual ou conjuntamente, sejam titulares de no mínimo 66% das

Visado
Conferido
RG 16.490.387-5



ações o direito de exigir que os demais acionistas vendam a totalidade das ações de sua titularidade em conjunto com a totalidade das ações daqueles acionistas que estão exigindo a venda conjunta, de acordo com os seguintes termos e condições:

§1º - Os acionistas que exercerem seu direito de exigir o cumprimento do Dever de Venda Conjunta (Acionistas Ofertantes) deverá enviar aos demais acionistas (Acionistas Ofertados) uma notificação, mediante carta, entregue contra recibo ou remetida pelo Registro de Títulos e Documentos, acompanhada de cópia da proposta de aquisição oferecida pelo terceiro interessado, com indicação da qualificação deste, além do preço, das condições de pagamento e das garantias ("Notificação de Venda Conjunta").

§2º - Os acionistas, a Companhia e seus administradores obrigam-se a disponibilizar todas as informações julgadas necessárias pelos Acionistas Ofertantes que está exercendo o direito de exigir o cumprimento do Dever de Venda Conjunta ou pelo terceiro interessado para colocação de proposta firme, visando à que os Acionistas Ofertantes e/ou a(s) empresa(s) de auditoria por ele ou pelo terceiro comprador indicado(s), promovam o exame completo da escrita contábil e controles gerenciais da Companhia próprios ao procedimento de *due diligence*, necessário para instrução de proposta de compra do próprio terceiro interessado.

Viado
Conferido
RG 16.498.362-B

CAPÍTULO III DAS ASSEMBLEIAS

Artigo 12 A Assembleia tem as atribuições fixadas em Lei, reunindo-se ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses subsequentes ao término de cada exercício fiscal, tendo competência para tomar as deliberações previstas em lei; e extraordinariamente, em todas as oportunidades em que os interesses da Companhia assim o exigirem, observadas os direitos dos acionistas nas respectivas convocações, que serão feitas pela Diretoria, ou na falta dessa pelas pessoas indicadas pela Lei.

§1º. As Assembleias serão presididas por acionista ou Advogado escolhido pelos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia escolher o Secretário, que poderá ser acionista ou não.

§2º. Dependerão de aprovação de acionistas que representem maioria das ações com direito a voto, no mínimo, as seguintes matérias: (1) cisão, fusão e incorporação da companhia e (2) transformação do tipo jurídico.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO Seção I Disposições Gerais

Página 4 de 9



Artigo 13 A sociedade será administrada por uma Diretoria.

Artigo 14 Os eleitos tomarão posse mediante lavratura de termo próprio, no livro de atas de reuniões de cada órgão.

Artigo 15 Os membros da Diretoria perceberão a remuneração que for fixada pela assembleia geral.

Seção II Diretoria

Artigo 16 A Diretoria será composta de, no mínimo, 01 (um) e no máximo 03 (três) Diretores, não necessariamente acionistas, residentes no país, eleitos pela Assembleia por maioria de votos dos acionistas ou de seus procuradores, e que exercerão o cargo de Diretor Presidente e Diretor sem denominação específica.

§1º. A Diretoria terá o seu mandato fixado pelo período de 3 (três) anos, podendo ser destituída a qualquer tempo, e devendo permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores ou reeleitos, isolada ou conjuntamente.

§2º. A Diretoria poderá se reeleger indeterminadamente.

Artigo 17 Em caso de vacância, por qualquer motivo, de qualquer cargo da Diretoria, o respectivo substituto será escolhido pelo Diretor Presidente.

Parágrafo único. O Diretor que for designado nos termos deste artigo exercerá as suas funções pelo prazo restante do mandato do Diretor que for substituído.

Artigo 18 Compete a cada Diretor, independentemente da denominação, em conjunto ou separadamente, a representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de atos gerais de administração necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, desde que observadas as competências de cada Diretor.

Artigo 19 Compete ao Diretor Presidente a representação judicial e extrajudicial da Companhia, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos gerais de administração necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade.

Artigo 20 Os atos a seguir enumerados somente poderão ser firmados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por outro Diretor somente em conjunto com o Diretor Presidente:

- a. Alienação e oneração de bens imóveis e bens do ativo imobilizado e participações societárias;
- b. Autorizar a aquisição de ações da própria empresa, para cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- c. Emissão de notas promissórias e aceite de títulos cambiais;



- d. Contrato de abertura de crédito, financiamento ou mútuo;
- e. Outorga de mandato em caráter ad negotia;
- f. Transigir, desistir e renunciar direitos;
- g. Uso da denominação social em avais, fianças ou quaisquer outras garantias;
- h. Garantias em operações de acordo com o objeto social.

Artigo 21 Aos Diretores e procuradores fica vedado prestar, em conjunto ou separadamente, em nome da companhia qualquer ato objetivando a concretização de negócios estranhos ao escopo social, bem como utilizar o nome da companhia em transações alheias aos fins sociais.

Artigo 22 A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, em virtude de convocação de um Diretor.

Visto
Conferido
RG 16.490.352-6

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 23 A Companhia terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, nos termos e na forma previstos na lei.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 24 O exercício social termina no dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 25 Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes. A Companhia poderá realizar também balanço semestral ou trimestral.

Artigo 26 Do lucro líquido apurado em cada exercício social, além das destinações previstas na Lei, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) desse valor será distribuído entre os acionistas a título de dividendo obrigatório, podendo a distribuição ser desproporcional à participação acionária.

Parágrafo único. A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo.

Artigo 27 A Diretoria poderá declarar dividendo à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do art. 204, §1º, da Lei 6404/76, ou ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos aos limites legais.



Parágrafo único. Quando declarados dividendos intermediários, a Diretoria poderá autorizar a distribuição dos mesmos ad referendum da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII

DISSOLUÇÃO PARCIAL E LIQUIDAÇÃO

Artigo 28 A Companhia será dissolvida totalmente e liquidada nos casos previstos em lei, pelo modo que for estabelecido pela Assembleia Geral Extraordinária, a qual designará os liquidantes e estabelecer o modo de liquidação.

Artigo 29 Ocorrendo a retirada, recesso ou havendo a penhora de ações de titularidade de qualquer acionista, deverá haver a dissolução parcial da Companhia, conforme previsto nesta cláusula.

§1º. Em caso de penhora das ações de titularidade de qualquer acionista, é vedado o ingresso de terceiros na Companhia. Nessa hipótese, deverá ser promovida a dissolução parcial da Companhia, com o resgate das ações penhoradas e sua consequente liquidação para pagamento do respectivo credor, nos termos desta cláusula.

§2º. Nas hipóteses de dissolução parcial previstas nesta cláusula, a participação acionária deverá ser calculada da seguinte forma:

a) A participação do acionista será avaliada tal como operação de reembolso, conforme o §1º do Art. 45, da Lei 6.404/76. Por esta razão, o patrimônio líquido da sociedade será apurado em balanço especialmente levantado com base nas regras contábeis estabelecidas no Comitê de Pronunciamentos Contábeis, podendo ser considerado o balancete mensal emitido ordinariamente pela sociedade.

b) Por conta do disposto na alínea "a" supra, em nenhuma hipótese serão considerados para o cômputo de haveres elementos com base em resultados futuros, como fluxo de caixa descontado, ou com base em múltiplos de faturamento, EBITDA ou qualquer critério econômico equivalente, mesmo que o valor econômico seja inferior ao contábil, tal como prevê o §1º do Art. 45 da Lei 6.404/76.

c) A data base deve ser a data do balancete emitido no mês subsequente à (i.) assembleia em que foi exercido o direito de recesso e/ou determinada a dissolução parcial da Companhia ou (ii.) cientificação da Companhia quanto à decisão que determinou a penhora de ações, no caso de penhora das ações;

d) Os bens móveis que não tenham valor de mercado corrente, os bens de uso, equipamentos profissionais, benfeitorias em bens de terceiros, softwares e equipamentos de informática serão avaliados pelo custo de aquisição, aplicada as regras contábeis de depreciação.

Visto
Conferido
RG 16.490.362-6



e) Todos os passivos, processos judiciais de qualquer natureza e processos administrativos serão considerados na data-base, devendo seu valor ser considerado nas hipóteses de risco “provável” e “possível”, considerado o valor atualizado do risco na data-base.

§3º. O valor das ações será pago ao (i.) acionista que exerceu o direito de retirada ou recesso ou (ii.) ao credor do acionista, no caso de penhora de ações, em quantas parcelas anuais forem necessárias para satisfazer o montante apurado na forma deste dispositivo, considerando que para esse fim será destinado, obrigatoriamente, para pagamento o valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) dos lucros apurado no exercício social anterior, considerando apenas os lucros efetivamente recebidos das subsidiárias (entendido como disponibilidade de caixa). O vencimento dessas parcelas será no prazo de 30 dias após a distribuição dos dividendos.

§4º. O valor dos haveres ainda não pagos ao credor do acionista será lançado na conta do passivo da sociedade, sendo tal valor corrigido pelo IPCA.

Visto
Conferido
RG 18.100.352/8

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 30 Os casos omissos deste Estatuto serão regidos pelas disposições legais vigentes.

Artigo 31 A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar sobre a transformação da sociedade em qualquer outra, observadas as exigências legais.

CAPÍTULO IX DO JUÍZO ARBITRAL

Artigo 32 Os signatários obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, em especial, relacionada ou oriunda da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação, efeitos e disposições contidas neste acordo, na lei societária, nos Estatutos Sociais e/ou Contratos Sociais das subsidiárias da Companhia, bem como nas demais normas aplicáveis à Companhia, à dissolução dela e de suas subsidiárias, e ainda, à relação societária mantida pelos signatários entre si, em qualquer sociedade na qual a Companhia tenha participação societária.

§1º. Em caso de existência de qualquer conflito decorrente da interpretação ou execução deste Estatuto, os acionistas envidarão seus melhores esforços para solucionar o referido conflito amigavelmente.

§2º. Não sendo resolvida a controvérsia, os acionistas convencionam solucioná-la definitivamente por arbitragem.



§3º. A arbitragem será administrada pela Câmara de Arbitragem, Mediação e Conciliação do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (CAMERS) e obedecerá às normas estabelecidas no seu Regulamento.

§4º. O tribunal arbitral será constituído por três árbitros, indicados na forma prevista no Regulamento da CAMERS.

§5º. A arbitragem terá sede em Porto Alegre, RS.

§6º. O procedimento arbitral será conduzido em português.

§7º. A arbitragem será regida pelo direito brasileiro.

(8) **ENCERRAMENTO:** havendo declarado encerrada a sessão, eu, Presidente, solicitei que o Secretário da Assembleia lavrasse a Ata no Livro de Assembleias, para dela serem extraídas cópias, assinando-a e tomando a assinatura daqueles presentes na Assembleia. Na qualidade de Presidente, declaro que esta ata representa o teor fiel dos atos praticados na Assembleia. Presidente Lina Brochmann; Secretária Luciano Brochmann.

(9) **ACIONISTAS PRESENTES:** Lina Brochmann e Luciano Brochmann.

São Paulo, 20 de outubro de 2025.

Acionistas Presentes

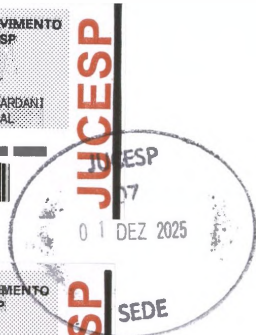
Luciano Brochmann

Lina Brochmann



Viado
Conferido
RG 16.490.352-6

RECEBUE
05 21 10



JUCESP

